



PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: ENTRE COMEMORAÇÃO E REMEMORAÇÃO (1977-1994)

Felipe Cavalcanti Ivo [*]

Maria Elizete Guimarães Carvalho [**]

Jean Carlo de Carvalho Costa [***]

[*] Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9895-3878>. E-mail: felipejohnny@gmail.com.

[**] Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8331-837X>. E-mail: mecarvalho23@yahoo.com.br.

[***] Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000->

RESUMO

Este artigo pretendeu difundir as primeiras análises e impressões em relação à constituição e à trajetória inicial do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), em favor da Educação Popular, entre 1977 e 1994. Para cumprir tal intenção, recorreu-se aos seguintes questionamentos: o que as fontes históricas revelam sobre o programa? Quais são as primeiras impressões sobre a identidade e o lugar social da instituição, entre 1977 e 1994? Por que comemorar e rememorar a trajetória inicial do PPGE/UFPB? Nessa perspectiva, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e a análise sobre as memórias escritas de fontes históricas: a Resolução CONSEPE 47º/1977, o Mapa de Seleção (perfil dos candidatos) de 1987 a 1994 e o livro comemorativo de trinta anos do Programa, dialogando com Lampert (2000), Saviani (2008), Ferreira (2012), dentre outros autores. Como resultado, evidenciou-se a mobilização do corpo do Programa no levantamento de fontes e as reflexões entre os limites dos atos de comemoração e rememoração na obra celebrativa e na escrita das primeiras impressões sobre a História e Memórias do PPGE/UFPB.

Palavras-chave: Programa de Pós-Graduação em Educação. Comemoração. Rememoração



PRIMEIRAS PALAVRAS

Vivenciando um tempo acelerado, em que a narrativa perdeu a sua importância e em que se presencia a pobreza das experiências narradas, apresentamos este artigo com a pretensão de difundir as primeiras impressões e análises em relação à constituição e trajetória histórica inicial do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), em favor da Educação Popular, entre 1977 e 1994. Analisar essa narrativa contribui para fomentar o interesse pelo Programa, sua história, memórias, seus avanços e recuos. Para proceder com esse propósito, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, que envolveu a seleção, leitura e análise de documentos relevantes sobre o PPGE, como as fontes: a Resolução do CONSEPE 47º/1977; o Mapa de Seleção (perfil dos candidatos) de 1987 a 1994; e a obra comemorativa *Pesquisa em Educação na Paraíba: 30 anos (1977-2007)*. *Compromissos com a educação dos setores esquecidos da sociedade*, no período delimitado entre 1977 e 1994.

Vale destacar que nossa escolha pelo recorte temporal foi construída a partir do período que abrangeu as fontes históricas analisadas, partindo dos seguintes questionamentos: o que as fontes escritas escolhidas revelam sobre o Programa? Quais foram as primeiras impressões e análises sobre a identidade e o lugar social da instituição entre 1977 e 1994? Por que comemorar e rememorar a trajetória inicial do PPGE/UFPB?

Nesse sentido, nosso interesse em reconstituir as memórias e a história do PPGE/UFPB não surgiu eventualmente, pelo contrário, originou-se por se tratar de um ator determinante em nossa trajetória acadêmica, constituindo inúmeras memórias formativas, impregnadas de afetividade, além de sua relevância para a pesquisa científica e a formação docente e suas contribuições sociais em diferentes aspectos, pensamentos e práticas educacionais, dentre elas, a Educação Popular. A preocupação com o fim da narrativa e o esquecimento coletivo também ocuparam um papel especial nessa tomada de decisão e na escolha do período a ser investigado, **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.32, n.1, p.1-23, e-rte321202350, 2023.**



sabendo-se que se constitui um fato ainda pouco discutido a vinculação da origem do Programa à educação popular.

Para Benjamin (2012), o ato de narrar tem se perdido com o passar do tempo e com isso, o câmbio de experiências entre os sujeitos tem sido desvalorizado e empobrecido pela produção capitalista. Nessa perspectiva, pensamos que a “aceleração” do vivido com o controle sobre a população imposto pelo sistema econômico no tempo presente, tem provocado a extinção das abordagens sociais e humanas que valorizam as subjetividades dos indivíduos, aniquilando os lugares de memórias e enfraquecendo suas identidades, instituições e programas, sobretudo educacionais; afinal o PPGE/UFPB é constituído por sujeitos de diferentes pensamentos pedagógicos, experiências e condições sociais.

“Inconformado” com o cenário desanimador, Benjamin (2012) incentiva o aspecto utilitário da narrativa, na possibilidade histórica de trazer à luz os fatos, acontecimentos e experiências humanas. Nesse sentido, trazemos à luz a história e as memórias do PPGE/UFPB, como um programa de pós-graduação em educação, criado em 1977, ainda em tempos de Ditadura Civil-Militar, a favor dos estudos sobre a Educação Popular (DIAS; PINHEIRO, 2007), fato que sugere seu caráter contra hegemônico.

Enquanto historiadores da educação do tempo presente, inquietos com a excessiva produção literária de comemorações e rememorações, em especial no meio acadêmico, compreendemos que esses tipos de obra são “apropriações dos tempos históricos, [...] processos de construção e de transmissão de uma memória social” (SILVA, 2002); nessa perspectiva, Ferreira (2012, p.118) disserta que “os projetos de rememoração do passado desempenham um papel relevante, uma vez que a vivência da memória já não ocorre cotidianamente de modo espontâneo como nas sociedades tradicionais [...]”, fato que se relaciona com a preocupação de Benjamin sobre o fim da narrativa.

A partir das autoras, compreendemos que os atos de comemorar e rememorar são exigências da sociedade contemporânea, constituída por diferentes e complexos grupos sociais, que utilizam e abusam do passado, através do “jogo” político da memória. Sob essa premissa, o PPGE/UFPB se inclui como alvo de discussões, uma vez que alguns momentos acadêmicos de sua trajetória histórica são exaltados e outros, silenciados, esquecidos ou desconsiderados.



Face a esses debates, a discussão deste artigo está dividida em duas seções: a primeira, pautada em considerações sobre a trajetória dos cursos de pós-graduação em educação no país; e a segunda, direcionada para a criação e trajetória do PPGE/UFPB, entre 1977 e 1994.

Considerações sobre a trajetória brasileira da Pós-Graduação em Educação: o que precisamos saber?

A História do Brasil é marcada por uma variada gama de crises, desajustes, desacertos, conflitos e contradições, que afetam política, econômica, social e culturalmente a população, na grande maioria marginalizada e desprovida de condições dignas de vida. Ao longo da história, o capital, o poder e o domínio externo nortearam muitos planos governamentais, deixando o país submisso aos interesses internacionais e de uma elite condutora nacional, que visa sobretudo, através da exploração alheia, enriquecer, dispor de poder e status. Foi nesse contexto que a educação foi conduzida, o ensino superior adotado, as universidades criadas e os cursos de pós-graduação implementados (LAMPERT, 2000, p.21).

A partir das reflexões do autor, compreendemos que pensar a pós-graduação no Brasil é adentrar um espaço científico constituído por memórias históricas, marcadas por inúmeros conflitos e contradições políticas, econômicas, sociais e culturais. Percebe-se um movimento civil duplo, caracterizado pelos avanços desenvolvimentistas e pela expansão das ideias “civilizatórias” do padrão dos grandes centros financeiros ocidentais e pelas desigualdades sociais, destacadas pelo aumento da fome e miséria. A submissão aos interesses externos e à elite nacional conduz a educação para além dos anseios da população, fomentando desacertos e desigualdades.

Convém ressaltarmos que a educação não está isenta do mundo exterior, na verdade, pelo contrário, é resultado dos produtos históricos e sociais permeados por injustiças, violências, preconceitos, precarizações do bem público, avanços da rede privada e depredação do meio ambiente; e a pós-graduação não é neutra nesse contexto desigual, porém, o reforça em diversos momentos e cenários e a História tem o papel de desvelar essa conjuntura.

Diante dessas circunstâncias, nos indagamos: “o que a História pode nos revelar sobre a Pós-Graduação em Educação?”; na busca por respostas, consideramos a consulta a teóricos



como: Lampert (2000), Saviani (2008), entre outros, e as principais legislações pertinentes à temática.

Em análise da Lei nº 4.024/1961, das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), notamos sua preocupação inicial com o desenvolvimento econômico e científico, ao mencionar “o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio” (BRASIL, 1961, n.p.).

Ou seja, no contexto dos anos de 1960, o investimento brasileiro nos avanços científicos, como nos cursos de pós-graduação, é entendido como progresso em âmbito nacional e sua constituição, um direcionamento estratégico de reflexão para os problemas sociais e tecnológicos. Pensar a implantação da pós-graduação seria a sinalização, materialização e consolidação do mercado (inter)nacional pelo governo federal dos “novos” rumos de produção do conhecimento e tecnológico para os quais o país caminharia e que a nação, de fato, se comprometeria com a produção científica, não se percebendo maiores preocupações com a formação humana dos sujeitos.

Outras questões que merecem destaque na LDB são: a “desobrigação” do poder público com a educação, permitindo iniciativas particulares de ensino; e os requisitos básicos exigidos aos candidatos para o acesso a cursos de pós-graduação, requerendo diploma de graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão.

Dessa forma, nos perguntamos: o que essas primeiras menções sobre a pós-graduação em um documento oficial no contexto brasileiro querem nos dizer? Stephanou; Bastos (2005, p.419) afirmam que os “documentos estão transversalizados pelas questões de classe/grupo social, gênero, etnia, religião, geração, língua [...]”.

Partindo desse entendimento, compreendemos que os interesses e significados da escrita revelam que, com a conjuntura social efervescente pela expansão do desenvolvimento nacional em favor da industrialização, comércio e uso de novas tecnologias, a pós-graduação torna-se um recinto privilegiado para as elites brasileiras, um vez que, pelas exigências impostas, poucos teriam acesso e condições de permanecer nesse nível educacional, já que as classes populares eram direcionadas a cursos profissionalizantes, ampliando as desigualdades informacionais, econômicas e sociais. Essa perspectiva legal nos faz entender que a pós-graduação existia para



uma pequena parcela da população, o que contribuía para o atraso e para formação de conflitos, em um momento em que o Brasil investe no desenvolvimentismo.

Tomando o pensamento de Lampert (2000), a institucionalização dos programas de mestrado e doutorado no Brasil reforçaria a formação intelectual dos privilegiados, institucionalizando e propagando a ordem capitalista.

É importante lembrar que no período histórico em tela, o Brasil vivenciava um momento de crescimento nacional e a recente inauguração da nova capital Brasília; na política, apesar do período de governos populistas, Jânio Quadros renunciava ao seu cargo presidencial (na tentativa de ocasionar um “autogolpe”, que foi fracassado), proporcionando uma intensa crise no poder brasileiro. Na prática, os militares e a elite brasileira recusaram a sucessão presidencial pelo então vice-presidente, João Goulart, por descredibilizar seu pensamento progressista, desencadeando um golpe civil-militar em 1964 (GHIRALDELLI JUNIOR, 2016).

No contexto ditatorial, marcado pela censura, perseguição e tortura aos contrários ao novo regime, outros documentos importantes surgiram para a criação e orientação da pós-graduação no Brasil, como o Parecer nº 977/1965 do Conselho de Ensino Superior (CES), que detalhou mais a fundação e o funcionamento desses programas em território nacional.

O Sr. Ministro da Educação e Cultura, considerando a necessidade de implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação em nosso ensino superior e tendo em vista a imprecisão, que reina sobre nós, sobre a natureza desses cursos, solicita ao Conselho pronunciamento sobre a matéria que define e, se for o caso, regulamente os cursos de pós-graduação a que se refere a letra b do art 69 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1965, s.p).

Como vemos, as tratativas sobre a criação e a regulamentação da pós-graduação no Brasil dispõem de “longos” quatro anos de silenciamento, ou digamos: vacuidade. No texto, o que mais nos chama atenção é a palavra “imprecisão”, denotando uma certa preocupação com a superficialidade com que foram tratados os cursos na LBD de 1961 e que o país precisava encontrar uma identidade própria para a pós-graduação, além da necessidade de regulamentá-la pelo Conselho Federal da Educação (CFE).

Sobre a identidade da pós-graduação brasileira, o Parecer nº 977/1965 do CES inspira-se no modelo norte-americano, possuindo, de acordo com Saviani (2008), os níveis de mestrado e doutorado, considerando que o primeiro era exigência para ingressar no segundo, **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.32, n.1, p.1-23, e-rte321202350, 2023.**



hierarquização que permanece até aos dias atuais. Devemos mencionar, que os estudos das disciplinas eram definidos a partir das áreas do conhecimento contempladas pelo programa no qual se ingressava, atendendo às necessidades do campo de pesquisa dos docentes orientadores, relacionadas à área de concentração e em articulação com o objeto de estudo do pós-graduando.

Vale recordar que o próprio modelo de pós-graduação norte-americano era inspirado nos moldes europeus, em especial na academia alemã, com maior autonomia dos discentes na condução de seus estudos e na produção de seu trabalho final, não distante de nossa realidade atual. De regra, muitos docentes que lecionavam nos cursos de mestrado e doutorado no Brasil tinham formação europeia. (SAVIANI, 2008).

Os cursos de pós-graduação não ficariam restritos ao ensino e à formação acadêmica e profissional dos estudantes, mas se voltariam para a pesquisa mais especializada (e aprofundada) e à produção do alto conhecimento científico e levariam as universidades para outro patamar científico e social, como afirma Lampert (2000, p.33): a “pós-graduação se caracteriza pela pesquisa; não há sentido na existência de cursos dessa natureza que despriorizem a investigação”.

Nesse sentido, por mais que no âmbito das discussões teóricas existam dilemas, impasses e “soluções” sobre a duplicidade do papel da pós-graduação em relação à formação docente e à pesquisa, a última sempre se sobressai, embora compreendamos que ambas têm igual relevância no espaço formativo.

Diante disso, refletimos sobre o contexto educacional de implantação dos cursos de pós-graduação no Brasil e as contribuições da Pós-Graduação em Educação.

Ora, o Parecer nº 977/1965 e a Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) (BRASIL, 1968). foram elaboradas no contexto histórico da Ditadura Civil-Militar, estando assinalados pelas ideologias e os interesses políticos, econômicos e sociais da época, que perpassam pelas intenções políticas do sistema educacional brasileiro vigente.

Inicialmente, a ação militar do final de março e início de abril de 1964 não foi compreendida como golpe. Muitos registros evidenciam o sentimento coletivo de que algo precisava ser feito, e os militares tiveram apoio da população, de vários grupos sociais e de instituições, para restabelecer a ordem no país. Porém, a expectativa era a de que seria uma intervenção curta e transitória, até que ocorressem novas eleições. Aos poucos, ficaram claro os esforços da parte dos militares em permanecer no poder,



e a supressão de direitos, a repressão e a censura passaram a ser utilizadas para esse fim. Foi a partir dessa percepção que iniciaram questionamentos a esse governo. Por meio de Atos Institucionais, foi estabelecido um regime autoritário, centralizado e repressivo. Órgãos de controle e vigilância exerciam forte cerceamento a manifestações, individuais ou coletivas, contrárias aos militares, que eram compreendidas como oposição e desordem, prejudiciais ao progresso do país – constituindo-se assim como justificativa para repressão (GONÇALVES, 2012, p. 142-143).

Nesse sentido, percebemos que dentre os principais mecanismos de controle social utilizados pelo Estado, a educação tornou-se primordial nesse processo ideológico, possibilitando dois diferentes sistemas de ensino paralelos, para diferentes classes e grupos sociais, desprestigiando os setores populares, servindo-se de dispositivos para propagar e reforçar a ordem estabelecida, de cunho capitalista, permeada pelos interesses internacionais e desigualdades sociais.

Para Faria Filho (1998), qualquer legislação é a passagem da cultura oral para a cultura escrita, atravessada por inúmeros conflitos de diferentes classes e grupos sociais, na ordenação e estabelecimento de novas práticas sociais comuns. No âmbito educacional, o autor reitera que o documento legal se apropria de significações pedagógicas e determina como o sistema educacional deve agir e instruir (“educar”) a população. Em vista disso, as legislações citadas, elaboradas em tempos autoritários, propagam e reforçam atitudes antidemocráticas.

Sobre o contexto educacional no Regime Civil-Militar, Saviani (2008) enfatiza que o período foi marcado pela exclusão de recursos obrigatórios orçamentados para a educação e também pelo crescimento do ensino superior, ancorado na expansão da rede privada, nos levando a observar que o sistema educacional estava a serviço do capital internacional e dos interesses das elites brasileiras.

Nessa perspectiva, a Reforma Universitária foi um marco na história do ensino superior do país, reivindicada pelo movimento estudantil, a partir da década de 1950, entretanto, a reformulação somente foi sancionada em 1968, com uma proposta educacional contrária aos anseios universitários, favorecendo a visão mercadológica do capital (inter)nacional e o combate às mobilizações estudantis (GHIRALDELLI JUNIOR, 2016), que protestavam pela ampla reformulação progressista no ensino superior.



Ghiraldelli Junior (2016) e Saviani (2008) denunciam que a Lei nº 5.540/68 propôs a fragmentação do ensino e o inchaço do currículo, através da unificação de faculdades, departamentalização, agrupamento de especialistas por área de conhecimento, programação semestral, matrículas por disciplinas e rotina de créditos. Face a essas decisões, podemos concluir que, além de desarticular as forças estudantis (e populares), a nova proposta teve como objetivo a oferta de profissionalização fracionada, desprovendo os diferentes profissionais das áreas do saber de uma formação política, humana e cidadã. A departamentalização e a matrícula por disciplinas contribuíram para o afastamento entre os pares, fomentando a desagregação dos grupos docentes e estudantis.

Para Lampert (2000, p.26), “[...] a introdução da pesquisa, especificamente, através dos programas, *fora* um marco para a educação brasileira”, e mesmo com tantos questionamentos sobre a Reforma Universitária, considerando as matérias escritas e as subtendidas, reconhecemos que a legislação possibilitou um grande legado educacional.

Consultando a Lei 5.540/68 (BRASIL, 1968), a respeito da pós-graduação, salientamos o artigo 24 que, ao tratar das normas gerais para a validação dos programas, impõe o interesse do órgão regulamentador pelos estudos e pesquisas desenvolvidos pelos cursos de mestrado e doutorado. Observamos que a escrita não é neutra e relaciona-se com o contexto vivido, apresentando um tom autoritário, pois, através da legislação, os governos militares definiam o que os programas iam estudar e investigar, repassando uma posição de cima para baixo, retirando a autonomia de pesquisa dos programas, professores e discentes.

Sobre as contribuições da implantação da Pós-Graduação em Educação no Brasil”, Lampert (2000, p.32) esclarece que o curso deve ter como papel fundamental “problemas sociais, políticos, econômicos, educacionais, históricos, ecológicos e culturais”. Esse ensinamento desperta para a reflexão que a pesquisa em educação pode proporcionar análises minuciosas sobre a realidade como ela é, evidenciando as desigualdades sociais (até aquelas “mascaradas”) e os resultados sociais (e educacionais) dos produtos capitalistas, como fome, miséria, exploração, analfabetismo, alienação e violência simbólica e física (dentro e/ou fora das instituições educacionais) de grande parcela da população, em detrimento das riquezas e privilégios de uma minoria elitizada.



Não é intenção desse artigo analisar todas as legislações referentes à pós-graduação no país, porém, proporcionar aos leitores, pelos principais documentos legais, considerações sobre a temática, seus avanços e desafios históricos educacionais. Dessa forma, a História evidencia, sobre a Pós-Graduação em Educação, os avanços e contradições em fazer pesquisa científica no país, demonstrando as desigualdades de grupos sociais no acesso e permanência nos sistemas de ensino e o foco desses cursos a serviço do mercado econômico.

No tópico seguinte, conduzimos as primeiras análises e impressões em relação à História e Memórias do PPGE/UFPA, perpassando por sua constituição e trajetória no recorte entre 1977 e 1994, abordando algumas fontes históricas encontradas nos acervos da própria universidade, considerando os atos de comemorar e rememorar, na perspectiva da memória, enquanto demanda social, em seu uso e abuso político no tempo recente.

Trajетória histórica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPA): entre comemoração e rememoração (1977-1994)

Temos observado uma intensa discussão no âmbito científico sobre as relações entre a História e a Memória, não raro, em alguns casos, as duas têm sido confundidas como se tivessem o mesmo significado (designação); em outras circunstâncias, através de um olhar mais elaborado, procuramos compreender até que ponto a segunda contempla e “serve” a primeira. Diante desses pontos de vista e debates, percebemos, no decorrer do tempo, que as produções historiográficas têm avançado no uso e abuso da memória, não apenas no meio acadêmico, mas na sociedade e em seus diferentes setores e grupos/classes que desfrutam da exploração das memórias a seu favor, para narrar suas histórias (estórias), de acordo com suas identidades coletivas e ambições políticas, econômicas e sociais.

[...] a Memória, não sendo a História, é um dos indícios, documento, de que se serve o historiador para produzir leituras do passado, do vivido, do sentido, do experimentado pelos indivíduos e daquilo que lembram e esquecem, a um só tempo [...]. Há espaço de aceitação e de criação da História a partir das memórias, plurais, incoerentes, movediças, indomáveis. Vestígios de memórias que são produzidos diferentemente, como são diversas as experiências vividas e as interpelações discursivas individuais e coletivas (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p.418-419).



Como podemos observar, a Memória torna-se fonte para os estudos historiográficos, permitindo novas possibilidades de acesso a informações e na produção de conhecimentos que, talvez, por outro meio não seria possível. As autoras defendem a utilização das memórias para desvendar esse passado que tem se tornado mais complexo, em sua relação com o presente, na medida que a sociedade fica mais instável e multicultural e os lugares de memória, cada vez mais raros. Assim, neste trabalho, utilizamos as memórias escritas de documentos para analisar e difundir nossas primeiras impressões sobre a trajetória histórica do PPGE/UFPB, entre 1977 e 1994.

Nessa percepção e refletindo com Le Goff (1994, 426), observamos que a memória coletiva é controlada e que a sua manipulação é um fato incontestável. Os silêncios, retraimentos ou transbordamentos da memória estão relacionados a “[...] luta das forças sociais pelo poder.”, sendo compreensível que a memória histórica do PPGE/UFPB esteja marcada por momentos de lembranças e esquecimentos.

No transcorrer da pesquisa, algumas indagações nos acompanham, como: o que as fontes escritas podem revelar sobre o Programa? Quais são nossas primeiras impressões sobre a identidade e o lugar social da instituição entre 1977 e 1994? Por que comemorar e rememorar a trajetória inicial do PPGE/UFPB?

Seguindo esse propósito, apresentamos o PPGE/UFPB, criado em 1977 pela Resolução do CONSEPE nº 47/77, de 02 de maio de 1977, composta por cinco artigos e anexo, em pleno contexto da Ditadura Civil-Militar. Destacamos que a legislação em questão não foi encontrada no programa de pós-graduação em educação paraibano e em seu arquivo institucional (apenas o seu anexo com a grade curricular), mas no Arquivo Central da UFPB, precisamente no Boletim de Serviços do Conselho Universitário da UFPB, do ano de 1977, no dia 30 de setembro, que na época, publicava as normativas aprovadas e os serviços realizados na UFPB.

Analisando essa fonte, ressaltamos três elementos iniciais na escritura que nos chamaram atenção, são eles: a constituição do curso de Mestrado focado na Educação de Adultos, o reitor da época que assinou a resolução de criação do PPGE/UFPB e o currículo inaugural para cumprir a proposta de pesquisa centrada na Educação Popular.

Refletindo sobre a ênfase do curso de pós-graduação nos estudos sobre a educação dos sujeitos com maioridade, compreendemos que a legislação educacional estabelece um

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.32, n.1, p.1-23, e-rte321202350, 2023.



repertório discursivo das práticas sociais (incluindo as educacionais) de uma época, evidenciando vestígios do pensamento pedagógico dos responsáveis pela produção do documento legal, expressando suas convicções (e identidades) políticas, culturais e econômicas (FARIA FILHO, 1998).

Através desse entendimento, percebemos que nenhuma legislação é neutra, pelo contrário, é intencional e reforça a posição de uma determinada classe ou grupo social; seguindo essa lógica, a essência do PPGE/UFPB originou-se no pensamento pedagógico orientado pela educação popular, nos saberes e experiências não-hegemônicas.

Falar em Educação popular é falar do conflito que move a ação humana em um campo de disputas de forças de poder. É falar da forma como o capitalismo neoliberal vem atuando de forma perversa, causando dor e sofrimento humanos. É uma possibilidade de retomarmos o debate proposto por Paulo Freire acerca da conscientização, da compreensão da realidade e de nossa ação no mundo. É falar de uma *práxis* educativa cujo ponto de partida é a realidade social (PEREIRA; PEREIRA, 2010, p.73).

Dessa forma, inferimos que a educação popular é uma intervenção ideológica no campo pedagógico que tem como sentido o questionamento e o rompimento com a realidade social, permeada por injustiças e violações aos seres humanos. Como dizem as autoras, a perspectiva popular defende um processo educacional que valoriza o respeito ao outro, que concede a palavra, cuja conscientização dos homens, como sujeitos históricos, seja o cerne e a luta pela transformação do mundo, tornando-se a razão mobilizadora.

Tomando as palavras de Brandão (2006, s.p), ao afirmar que “pensar sobre a educação popular obriga a uma revisão do sentido da própria educação”, compreendemos que no cenário brasileiro posto, a *práxis* da educação popular foi (e ainda é) um desafio epistemológico, no que se refere à valorização de experiências comunitárias, possibilitando a produção de novos (e úteis) conhecimentos coletivos e das contribuições para afirmação da corrente emancipatória em uma conjuntura ditatorial, permeada por censura e violações dos Direitos Humanos, tornando-se essencial e um campo de resistência em meio a essas disputas políticas do vivido, sobretudo, pela força das alas reacionárias.

Logo, diante desses fatos, a comunidade acadêmica local toma partido a favor dos excluídos e marginalizados da sociedade, em meio ao cenário de Ditadura Civil-Militar, dando



visibilidade a sujeitos civis e “comuns”, focando em suas práticas, sentidos e vivências educacionais. Esclarecem-nos, então, que as posições políticas assumidas pelo PPGE/UFPB, em sua constituição e trajetória inicial (1977-1994), revelam muito sobre as memórias, identidades e resistências do programa de pós-graduação em educação, demonstrando os anseios e ambições da comunidade acadêmica local. Esse fato sugere, também, que as ideias dos movimentos de educação popular do início dos anos 1960 não se perderam, mesmo com a repressão, mas continuam presentes, disputando espaços na educação e na sociedade.

O segundo ponto em destaque foi o nome do reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, evidenciando a época reitoral da UFPB, de constituição do Programa. Ferreira (2020, p.169) relata que o período (1976-1980) desse reitorado alcançou “sete campi, situados nas mais diversas microrregiões do estado, com novos cursos de graduação e pós-graduação, a contratação de professores estrangeiros e de recém titulares (mestres e doutorados) provenientes de várias regiões do Brasil”.

Como vemos, a Instituição de Ensino Superior (IES) vivenciava um tempo de expansão e investimentos, baseada no pensamento desenvolvimentista dos governos militares. Em contrapartida, a autora disserta que era um movimento duplo, em que o autoritarismo, a censura e repressão estavam presentes na UFPB, com a cassação e intervenção no reitorado e penalidades a docentes e discentes que se mostravam contrários ao regime ditatorial; a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da IES paraibana era uma das mais bem organizadas e articuladas do país (FERREIRA, 2020).

Portanto, o PPGE/UFPB foi constituído no âmbito dessa política de expansão econômica e científica, também de repressão e silenciamento, proposto durante a Ditadura Civil-Militar, e sua identidade (essência), lugar social e resistência estavam direcionados ao campo ideológico, em contraposição às ideias antidemocráticas, nas reivindicações da camada popular, esquecida e marginalizada pelo sistema nacional, interessado no investimento do capital intencional e no fortalecimento da elite nacional.

Adentrando em nossas primeiras análises e impressões sobre o currículo inaugural do PPGE (Anexo da Resolução do CONSEPE nº 47/77, de 02 de maio de 1977), priorizamos neste texto as disciplinas obrigatórias, como *Psicopedagogia de Adultos*, *Educação de Adultos e Sociopedagogia de Adultos*, que ofereciam subsídios e abordagens educacionais para sujeitos

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.32, n.1, p.1-23, e-rtē321202350, 2023.



com maioria, dos movimentos e classes populares, voltando-se para aspectos cognitivos, psicológicos, emocionais e comportamentais, em detrimento de aproximações mais críticas. Encontramos, também, no currículo, cadeiras indispensáveis, como: *Antropologia Educacional* e *Educação Brasileira*, mas não obtivemos indícios que comprovassem o estímulo aos pós-graduandos a práticas de pesquisa reflexíveis, possivelmente pela conjuntura autoritária universitária vivenciada na UFPB, o que nos faz lembrar, que todo dito esconde um não-dito.

Outras disciplinas, como: *Metodologia da Pesquisa Educacional* e *Metodologia Científica* demonstram a preocupação do rigor científico com a pesquisa nos cursos de pós-graduação; assim como o olhar para a formação docente no curso superior, com *Metodologia do Ensino Superior*.

Percebemos, ainda, a preocupação com pesquisas quantitativas, investigações bastante utilizadas à época, com a disciplina *Métodos Quantitativos em Educação* e por fim, destacamos os avanços das novas tecnologias na sociedade no final do século XX, com a disciplina *Tecnologia Educacional*.

Outro aspecto sublinhado, foi o Mapa de Seleção (perfil dos candidatos) de 1987 a 1994, que apresenta as características dos ingressantes no curso de pós-graduação no recorte temporal pesquisado, documento em papel pautado, com uma tabela e anotações, escrito com caneta esferográfica de cor azul, com algumas emendas feitas com corretivo branco, como mostra a figura a seguir.

Figura 1 – Mapa de Seleção (perfil dos candidatos) de 1987 a 1994.

ANO	INSCRITOS	PROCEDÊNCIA-ESTADOS	TURMA	SELECIONADOS	EDUCAÇÃO BÁSICA	EDUCAÇÃO DE ADULTOS
1987	103	Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Bahia	10 ^a	30	9	11
1988	92	Paraíba, Pernambuco, Paraíba	13 ^a	14	8	9
1989	103	Paraíba, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro	13 ^a	14	6	8
1990	60	Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro	11 ^a	34	6	9
1991	—	Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraíba, Paraíba, Paraíba, Pernambuco, Paraíba	10 ^a	15	9	6
1992	—	Rio de Janeiro, Alagoas, Rio de Janeiro, Paraíba, Paraíba, Paraíba	9 ^a	15	6	6
1993	104	Paraíba, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Paraíba, Paraíba	8 ^a	30	6	10

Fonte: Arquivo Institucional do PPGE/UFPB

Analisando o mapa de seleção, percebemos diversos dados quantitativos que nos nortearam em relação às práticas educacionais adotadas pelo Programa: no ano de 1987, tivemos cento e quatro inscritos para a seleção de mestrado oriundos dos estados da Paraíba, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Alagoas, sendo doze selecionados, seis para cada linha de investigação: Educação Básica (LEB) e Educação de Adultos (LED).

No ano seguinte, em 1988, existe uma “ausência” (ou lacuna) de informações pelo documento; já em 1989, foram cento e quatro candidatos advindos dos estados da Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Alagoas, Pernambuco e São Paulo, com doze selecionados, seis em cada linha. Em 1990, foram cento e quatro candidatos ao mestrado dos estados Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Paraná e Bahia, sendo nove aprovados para LEB e seis para LED.

No ano de 1991, houve uma relevante diminuição de candidatos (sessenta inscrições) originários dos estados Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, com seis ingressantes na primeira linha e oito na segunda; em 1992, a seleção teve cento e três inscritos procedentes dos estados Paraíba, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Norte, com seis selecionados para LEB e oito para LED.

Ainda em queda, no ano de 1993, foram noventa e duas inscrições dos estados Paraíba, Pernambuco e São Paulo, sendo oito escolhidos para a primeira linha e nove para a segunda; e **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.32, n.1, p.1-23, e-rte321202350, 2023.**



por fim, em 1994, tivemos oitenta e dois aplicantes dos estados Paraíba, Ceará, Alagoas, Pernambuco, Amazonas e Pará, com doze aprovados para LEB e onze para LED.

Face a esses dados, nossas primeiras impressões nos conduzem para o impacto social e acadêmico da formação e trajetória inicial do PPGE/UFPB, prova disso é a variedade de estados e regiões de onde se originam os candidatos ao ingresso ao mestrado, enfatizando que o Programa se destacava no cenário paraibano, nordestino e nacional.

Algumas possibilidades podem justificar a alta procura de candidatos pelo Programa e uma delas é pela qualificação e prestígio acadêmico do corpo docente da UFPB que, de maneira geral, era constituído por professores universitários estrangeiros ou renomados de outros estados, que eram contratados, mesmo com ocorrências de oposições ao regime militar em outras regiões e universidades (FERREIRA, 2020).

Outro ponto observado é a exigência de títulos de mestrado e/ou doutorado para ingresso na carreira acadêmica. Em visita ao Arquivo Central da UFPB, encontramos a Resolução do CONSEPE nº 02/77, de 28 de fevereiro de 1977, que comprova o pré-requisito e o diferencial no âmbito da IES no cenário universitário paraibano e no brasileiro em geral. Por fim, outra questão que pode explicar a grande procura pela seleção do PPGE da UFPB são as próprias áreas de pesquisas em educação popular e educação de adultos, que se diferenciavam de outros programas de pós-graduação em educação do país, que orientavam para investigações sobre a educação regular de crianças e adolescentes.

Devemos mencionar que, mesmo percebendo um certo crescimento do número de vagas nas seleções para mestrado, com o desenvolvimento do Programa, entendemos como insuficientes para suprir a grande procura por formação e pesquisas na pós-graduação. Dessa forma, apresentamos duas concepções sobre o fato: a primeira é que esses cursos de produção de alto conhecimento na Paraíba e no país, estavam em fase incipiente e que precisavam ainda se consolidar no cenário educacional brasileiro. A outra é que essa realidade retratava o que já mencionamos anteriormente: que a pós-graduação iniciou-se com a predisposição de ser um espaço de privilégio para poucos no país: a elite brasileira, uma vez que o acesso também não se democratizou, mesmo com o período de redemocratização (após a Ditadura Civil-Militar) e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Em contrapartida, o tempo em tela também foi caracterizado pelos avanços do neoliberalismo, corrupção e precarização dos bens públicos.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.32, n.1, p.1-23, e-rte321202350, 2023.



A partir desses dados, refletimos sobre as contribuições da memória para as narrativas dos acontecimentos, trazendo as ponderações de Silva (2002): a memória individual e coletiva torna-se objeto de estudo dos historiadores do tempo presente, principalmente depois de eventos traumáticos, como a segunda guerra mundial e as ditaduras militares na América Latina. A autora defende que a memória é uma constituição social e um fenômeno coletivo, moldada pelos grupos sociais e seus interesses na sociedade contemporânea. Foi nessa perspectiva que trouxemos as memórias históricas do PPGE, no sentido de lembrar e de comemorar sua constituição. Nesse sentido, Ferreira explica:

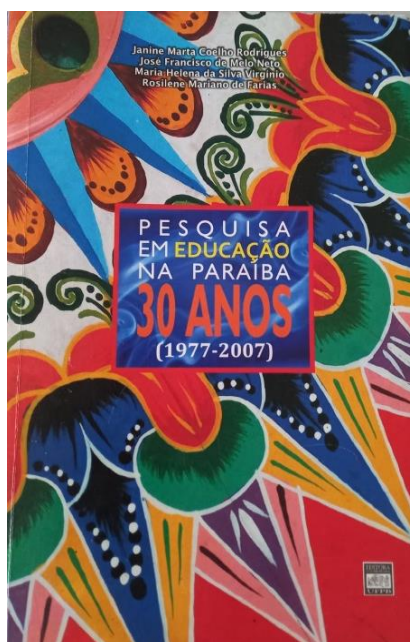
[...] na atualidade, os projetos de rememoração do passado desempenham um papel relevantes, uma vez que a vivência da memória já não ocorre cotidianamente de modo espontâneo como nas sociedades tradicionais [...] Comemoração é a cerimônia destinada a trazer de volta a lembrança de uma pessoa ou de um evento, algo que indica a ideia de uma ligação entre homens fundada na memória. (FERREIRA, 2012, p.118).

Ou seja, o ato de comemorar e o ato de lembrar o tempo passado estão presentes, em virtude dos “jogos” políticos no uso e abuso das memórias pelos grupos sociais. Nesse sentido, a comemoração é a cerimônia das lembranças, ou digamos: a celebração dos acontecimentos, a festividade do vivido; na evocação do que é reivindicado e também do que é esquecido, uma vez que, dificilmente, alguém lembrará e tornará legível a público suas dores, erros e fraquezas, e sim, o oposto, exaltarão trajetórias, grandes acontecimentos e premiações dos grupos com os quais compartilha identidade, sentimentos, desejos e experiências. Já lembrar é uma possibilidade de releitura sobre o vivido ou digamos, uma revisão sobre os fatos e vivências da humanidade. Ao lembrar esses fatos, lançamos um novo olhar para a constituição do Programa, sua formação e desenvolvimento.

Desse modo, entre a comemoração e a rememoração do PPGE/UFPA, maior Programa de pós-graduação da universidade federal paraibana e que demonstra em público, com orgulho, sua trajetória entrelaçada com a Educação Popular, apresentamos o livro comemorativo *Pesquisa em Educação na Paraíba 30 anos (1977-2007). Compromissos com a educação dos setores esquecidos da sociedade*, lançado em 2007, pela Editora Universitária/UFPA, em celebração aos trinta anos do Programa. A obra, composta por quinhentos e trinta e seis páginas, narra e sistematiza alguns importantes aspectos da história do PPGE (incluindo do Centro de **Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.32, n.1, p.1-23, e-rte321202350, 2023.**

Educação (CE) e da UFPB), perpassando pelas pesquisas (dissertações) desenvolvidas pelos discentes, pelas produções acadêmicas do corpo docente e as publicações realizadas pela Revista Temas em Educação, de editoria do PPGE/UFPB, desde o ano de 1991.

Figura 2 – Capa do livro comemorativo *Pesquisa em Educação na Paraíba 30 anos (1977-2007). Compromissos com a educação dos setores esquecidos da sociedade.*



Fonte: Arquivo Pessoal

Em relação à capa da obra comemorativa, a imagem ilustra flores abertas com diferentes cores (entre tons quentes e frios), sintonias e articulações, representando vários olhares e interpretações ao longo dos trinta anos (1977-2007) do Programa, demonstrando um pouco sobre sua identidade e a abertura democrática para distintas possibilidades teóricas e metodológicas. Enquanto pesquisadores e leitores do livro, é evidente que nossas impressões iniciais e representações a respeito da capa (CHARTIER, 1991) nos evidenciam duas sensações: diversidade e harmonia. Dessa forma, percebemos que a imagem está impregnada pela intencionalidade de despertar sentimentos afirmativos e congruentes a respeito da comemoração sobre a trajetória do PPGE/UFPB, de sua harmonia institucional, entrelaçada por



uma “unânime” proposta educacional emancipatória. As flores apontam para o desabrochar das ideias que vão se construindo e constituindo ao longo do trabalho desenvolvido pelo Programa.

A imagem da obra comemorativa ainda revela algumas faces da memória como, lembrança e esquecimento, ou seja, muitas lembranças estão vivas, outras esquecidas, e mesmo que tenha havido conflitos, a celebração/comemoração apresenta a harmonia.

Um ponto que nos chamou atenção foi quanto aos orientadores das pesquisas de dissertação desenvolvidas (RODRIGUES *et al*, 2007), sendo Geraldina Porto Witter e Roberto Jarry Richardson, com dezessete e doze orientações, respectivamente, os professores que mais supervisionaram alunos no Mestrado em Educação. A primeira aparece sete vezes como orientadora (presidente de banca) de defesas de dissertações em 1979, ano de conclusão da turma inaugural (1977).

Essa concentração de docentes no quadro do PPGE/UFPB e a constatação de muitos nomes estrangeiros de professores orientadores fornecem indícios de possíveis docentes de outras nacionalidades no Programa, conforme mencionado por Ferreira (2020), demonstrando a necessidade de investimentos na pós-graduação no Brasil para formar mais pesquisadores brasileiros, em especial paraibanos, para o desenvolvimento de pesquisas bem-elaboradas e futuras orientações nesses cursos.

Refletindo sobre a problemática inicial, apesar dos desafios eminentes do ensino superior, principalmente pelo descaso e abandono do bem público, devemos comemorar e rememorar a História do Programa: primeiro, como instrumento de resistência e visibilidade a pesquisas em educação popular, colocando em debate experiências educacionais de movimentos sociais e sujeitos marginalizados; e segundo, por constituir-se um espaço democrático de trocas de experiências e crescimento acadêmico, uma releitura obrigatória!

Além disso, o PPGE/UFPB tem se firmado no cenário paraibano, nordestino e nacional como uma instituição que tem contribuído com a sociedade civil e acadêmica, principalmente para a consolidação e crescimento da pós-graduação em educação, na ampliação e fortalecimento do pensamento emancipatório, legado que expressa sua identidade e lugar social ocupado, no comprometimento com as bases populares e na defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Assim, as fontes nos revelam que o PPGE se coloca em um lugar de



respeito e defesa dos vulneráveis, tendo construído essa identidade a partir de suas práticas educativas.

Considerações Finais

Sem dúvida, na compreensão dos atos de comemorar e rememorar a história do PPGE/UFPB, muito foi revelado sobre o corpo acadêmico local, principalmente a respeito de seu interesse pelas pesquisas em educação popular, abrangendo movimentos e sujeitos populares, marginalizados e esquecidos, em meio à censura e controle característicos do contexto de Ditadura Civil-Militar e com o avanço do neoliberalismo no decorrer do período de redemocratização brasileira e final do século XX.

Diante desses fatos, consideramos que o PPGE/UFPB colaborou para o fortalecimento da pós-graduação no cenário paraibano, nordestino e brasileiro, o que se deve a sua contribuição e ampliação no desenvolvimento de pesquisas educacionais, formação docente e avanços científicos, constituindo um lugar para pensar a educação.

Nesse sentido, nossas primeiras impressões são uma forma de contribuir para a escrita e valorização da história das instituições e programas de pesquisa em educação, especialmente, os paraibanos.

O Programa, que tem contribuído para o desenvolvimento da sociedade paraibana, produtor de uma relevante literatura científica, assume, agora, um novo papel: o de objeto de estudo, oportunizando historizar sua trajetória, preencher lacunas e vazios da memória, fomentando novos olhares sobre sua trajetória no cenário contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O Narrador. *In*: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política** - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 8.ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 2012, p.213-240.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.32, n.1, p.1-23, e-rte321202350, 2023.



BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Lei da Reforma Universitária de 1968**. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 mar. 2023.

BRASIL. Parecer 977, de 3 de dezembro de 1965. Definição dos cursos de Pós-Graduação. **Revista Brasileira de Educação**, set-dez, nº30, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NsLTtFBTJtpH3QBFhxFgm7L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. av. [online]**. v.5, n.11, p.173-191, 1991.

DIAS, Adelaide Alves; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Apresentação. PPGE – UFPB: 30 anos de história. Pesquisa e compromisso com a educação destinada às camadas populares. *In*: RODRIGUES, Janine Marta.C. *et al.* (org.) **Pesquisa em educação na Paraíba: 30 anos (1977-2007)**. Compromissos com a educação dos setores esquecidos da sociedade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007, p.19-22.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. Duarte, Regina Horta *et al* (org.). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p.89-125.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Histórias de repressão em tempo de expansão: a UFPB durante a Ditadura Militar. *In*: TOSI, Giuseppe *et al* (org.). **Direitos Humanos: Educação Memória e Democracia**/E-book para alunos e professores da UFPB [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. v.1, p. 164-181.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. *In*: VARELLA, Flávia *et al* (org.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p.101-124.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2016, p. 272.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. **Constituição histórica da educação no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2012, p.186.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v.32, n.1, p.1-23, e-rte321202350, 2023.



LAMPERT, Ernâni. A Pós-Graduação brasileira: retrospectiva histórica e perspectivas para o século XXI. In: LAMPERT, Ernâni (org.). **Educação brasileira: desafios e perspectivas para o século XXI**. Porto Alegre: Sulina, 2000, p.184.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão *et al.* 3. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR [on-line]**. Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 72–89, 2010.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**. Campinas, v. 28, n.78 p. 291-312, 2008.

SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. São Paulo.v.22, n.44, p.425-438, 2002.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. História, Memória e História da Educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil: Século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, v. 3, 2005, p.416-430.

GRADUATE PROGRAM IN EDUCATION OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (PPGE/UFPB): BETWEEN CELEBRATION AND REMEMBRANCE (1977-1994)

This article intended to disseminate the first analyzes and impressions regarding the constitution and initial trajectory of the Graduate Program in Education of the *Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB)*, in favor of Popular Education, between 1977 and 1994. Fulfilling this intention, the following questions were asked: what do historical sources reveal about the Program? What are the first impressions about the identity and social place of the institution, between 1977 and 1994? Why celebrate and remember the initial trajectory of the *PPGE/UFPB*? From this perspective, bibliographical research and analysis of written memories of historical sources were used as methodology: *CONSEPE's* Resolution 47º/1977, the Selection Map (profile of candidates) from 1987 to 1994 and the commemorative book marking the 30th anniversary of the Program, dialoguing with Lampert (2000), Saviani (2008), Ferreira (2012), among other authors. As a result, the frame mobilization of the Program in the survey of sources and reflections about the limits of the acts of celebration and remembrance in the celebrative work and in the writing of the first impressions about the History and Memories of the *PPGE/UFPB* was evidenced.

Keywords: Graduate Program in Education. Celebration. Remembrance.



PROGRAMA DE POSGRADO EN EDUCACIÓN DE LA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (PPGE/UFPB): ENTRE CELEBRACIÓN Y REMEMORACIÓN (1977-1994)

Este artículo pretendía difundir los primeros análisis e impresiones sobre la constitución y trayectoria inicial del Programa de Posgrado en Educación de la *Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB)*, a favor de la Educación Popular, entre 1977 y 1994. Para cumplir tal intención, las siguientes cuestiones se les preguntó: ¿qué revelan las fuentes históricas sobre el Programa? ¿Cuáles son las primeras impresiones sobre la identidad y el lugar social de la institución, entre 1977 y 1994? ¿Por qué celebrar y recordar la trayectoria inicial del *PPGE/UFPB*? En esta perspectiva, se utilizó como metodología la investigación bibliográfica y el análisis de memorias escritas de fuentes históricas: la Resolución del *CONSEPE* 47º/1977, el Mapa de Selección (perfil de candidatos) de 1987 a 1994 y el libro conmemorativo del 30º aniversario del Programa, dialogando con Lampert (2000), Saviani (2008), Ferreira (2012), entre otros autores. Como resultado, se evidenció la movilización del cuerpo del Programa en el relevamiento de fuentes y reflexiones entre los límites de los actos de conmemoración y rememoración en el trabajo celebrativo y en la redacción de las primeras impresiones sobre la Historia y Memorias del *PPGE/UFPB*.

Palabras-clave: Programa de Posgrado en Educación. Celebración. Rememoración.

Submetido em: maio de 2023.

Aprovado em: julho de 2023.

Publicado em: setembro de 2023.